

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e aos Acionistas da
Águas do Mirante S.A.
Piracicaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigação envolvendo controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”), controladora da Companhia, contratou escritório de advocacia e empresa de investigação independente para averiguação dos eventos sobre os procedimentos investigatórios da Polícia Federal, deflagrado em 11 de maio de 2017 na controlada Águas Guariroba S.A.. Até o presente momento os trabalhos dos consultores contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração relativas à operação da Polícia Federal mencionada acima não foram totalmente finalizados assim como a análise dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras da Aegea Saneamento. A Companhia não está no escopo das investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

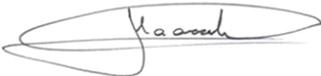
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Águas do Mirante S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	30	73	Fornecedores e empreiteiros	11	3.977	3.479
Aplicações financeiras	5	59.560	27.826	Financiamentos	12	8.724	8.364
Contas a receber de clientes	6	7.432	7.025	Obrigações trabalhistas e sociais	13	2.423	2.035
Impostos a recuperar	7	5.668	377	Obrigações fiscais	14	1.445	2.964
Outros créditos		793	326	Imposto de renda e contribuição social		473	3.597
Total do ativo circulante		73.483	35.627	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16 b.	3.250	-
				Outras contas a pagar		86	-
				Total do passivo circulante		20.378	20.439
Aplicações financeiras	5	24.661	22.613				
Impostos a recuperar	7	-	17.488	Financiamentos	12	236.838	241.789
Ativo fiscal diferido	21	50	1.858	Adiantamento de clientes		15.178	13.381
Depósitos judiciais	15	124	93	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	27.094	18.512
Outros créditos		-	1	Provisão para demandas judiciais	15	10	10
Total do realizável a longo prazo		24.835	42.053	Outras contas a pagar		281	-
				Total do passivo não circulante		279.401	273.692
Imobilizado		789	-				
Ativo de contrato da concessão	9	6.400	14.195	Total do passivo		299.779	294.131
Intangível	10	253.436	247.493				
Total do ativo não circulante		285.460	303.741	Patrimônio líquido	16		
				Capital social		48.896	48.896
				Reservas de lucros		10.268	-
				Prejuízos acumulados		-	(3.659)
				Patrimônio líquido		59.164	45.237
Total do ativo		358.943	339.368	Total do passivo e patrimônio líquido		358.943	339.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	17	94.941	101.580
Custos dos serviços prestados	18	<u>(44.702)</u>	<u>(43.697)</u>
Lucro bruto		<u>50.239</u>	<u>57.883</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	19	(13.300)	(12.325)
Outras receitas operacionais		-	8
Outras despesas operacionais		<u>(903)</u>	<u>(21)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>36.036</u>	<u>45.545</u>
Receitas financeiras	20	5.131	1.214
Despesas financeiras	20	<u>(21.309)</u>	<u>(21.726)</u>
Resultado financeiro		<u>(16.178)</u>	<u>(20.512)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>19.858</u>	<u>25.033</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(2.512)</u>	<u>(8.227)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>17.346</u></u>	<u><u>16.806</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>17.346</u>	<u>16.806</u>
Resultado abrangente total	<u><u>17.346</u></u>	<u><u>16.806</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros		(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	98.896	-	-	(20.465)	78.431
Redução capital social	16 a. (50.000)	-	-	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.806	16.806
Saldos em 31 de dezembro de 2019	48.896	-	-	(3.659)	45.237
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.346	17.346
Destinação:					
Reserva legal	16 b. -	684	-	(684)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	16 c. -	-	-	(3.419)	(3.419)
Retenção de lucros	16 d. -	-	9.584	(9.584)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.896	684	9.584	-	59.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		19.858	25.033
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	18 e 19	14.146	13.120
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	15 e 19	37	(201)
Resultado na baixa de intangível		-	8
Baixa de ativo descontinuado		897	-
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 20	(1.261)	(1.134)
Juros sobre financiamentos	12 e 20	20.649	21.171
Amortização custo de captação	12	362	361
		<u>54.688</u>	<u>58.358</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(407)	49
Impostos a recuperar		16.119	1.228
Depósitos judiciais		(31)	(62)
Outros créditos		(466)	31
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		498	(516)
Obrigações trabalhistas e sociais		388	37
Obrigações fiscais		(1.688)	1.608
Pagamentos de demandas judiciais	15	(37)	(65)
Adiantamento de clientes		1.797	721
Outras contas a pagar		(87)	(914)
Juros pagos	12	(21.511)	(18.488)
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(7.590)	(1.272)
		<u>41.673</u>	<u>40.715</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(33.201)	33.331
Juros recebidos	5	520	1.311
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9	(12.672)	(10.923)
		<u>(45.353)</u>	<u>23.719</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Redução de capital social	16 a.	-	(50.000)
Financiamentos captados	12	3.036	-
Custo na captação de financiamentos	12	(2)	(2)
Financiamentos pagos	12	(7.979)	(6.372)
Contas correntes líquida - partes relacionadas		8.582	(7.988)
		<u>3.637</u>	<u>(64.362)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento			
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(43)</u>	<u>72</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	73	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>30</u>	<u>73</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(43)</u>	<u>72</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo, constituída em 01 de março de 2012. Em 11 de junho de 2012 iniciou suas operações de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 - Edital de Concorrência nº 01/2011 firmado com o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia têm por finalidade a operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão, de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo de tratamento de esgoto. Também faz parte das obrigações, a recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e as atividades de combate às fraudes na micromedição.

O contrato e seus aditivos preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 332.627. Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto, definidas de acordo com o cronograma de marcos contratuais, e foram finalizados em 2016 de acordo com o cronograma. Com o atendimento destes marcos contratuais, a Companhia atingiu o nível de 100% de esgoto tratado no Município de Piracicaba, São Paulo.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade de pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados. Neste contexto, a Administração da Companhia, vem adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”) acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Neste sentido, a Companhia implementou as seguintes medidas:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus, realizando apenas as viagens essenciais para manutenção das operações;
- Suspensão dos treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;

- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; e
- Implementação dos planos de contingências necessários para assegurar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios onde atuamos, que continuam em pleno funcionamento.

A Companhia também está monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento do estoque de contas a receber, em virtude da restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, e está tomando medidas que visem à preservação e otimização do uso de recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

Investigações envolvendo colaboradores vinculados à ex-controlada e controlada da Aegea Saneamento e Participações S.A.

Conforme a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”), relativas a 31 de dezembro de 2020 e divulgada no dia 19 de fevereiro de 2021, alguns colaboradores vinculados à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e à controlada Águas Guariroba S.A. foram alvo de procedimentos investigatórios, no âmbito das Operações Sevandija (conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo - GAECO) e Operação Lama Asfáltica (conduzida pela Polícia Federal), deflagradas, respectivamente, em 1º de setembro de 2016 e 11 de maio de 2017. Cabe informar que o Conselho de Administração da Aegea contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas nas duas operações. Esclarece que a Companhia não está no escopo de nenhuma das duas investigações conduzidas pelas autoridades já mencionadas, sendo essas relacionadas tão somente às já citadas ex-controlada e controlada. No mais, a Aegea permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

Em relação ao evento supracitado, relacionado à ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. no âmbito das Operações Sevandija, a Aegea divulgou fato relevante em 29 de outubro de 2020, informando que foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a ex-controlada Aegea Engenharia e Comércio Ltda., com o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP e o município de Ribeirão Preto, tendo a Aegea ingressado como garantidora das obrigações financeiras de responsabilidade direta da Aegea Engenharia (“Acordo”), pelo qual a Aegea Engenharia, na qualidade de responsável financeira, se comprometeu a pagar o valor de R\$ 40.000 (que serão atualizados até a data do pagamento), ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação.

As obrigações estabelecidas no Acordo de Não Persecução Cível foram devidamente cumpridas, inclusive o pagamento do valor de R\$ 40.000 pela Aegea Engenharia, de modo que as alegações contra a Aegea e sua ex-controlada nos processos administrativos e judiciais vinculados à referida operação não mais subsistem, afastando-se quaisquer riscos à Aegea e sua ex-controlada relativamente ao tema.

Os termos e condições do Acordo são sigilosos, nos termos da legislação aplicável, tendo as Partes signatárias do Acordo outorgado mutuamente quitação das obrigações decorrentes do contrato celebrado em Ribeirão Preto, o que decorre no encerramento dos processos administrativos, bem como atendem ao melhor interesse da Aegea, seus acionistas e stakeholders visando resolver de forma definitiva a questão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; (nota explicativa nº 15);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 17 – reconhecimento de receita); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 21).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes.

(i) Receitas de construção ativo intangível

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

(ii) Serviços de tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

b. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c. *Ativos intangíveis*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “k” e custos de desenvolvimento e aquisição de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

d. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: equipamentos de informática 10 a 14 anos, móveis e utensílios 5 a 15 anos e máquinas, aparelhos e equipamentos 14 anos.

A vida útil do direito de uso é estabelecida de acordo com o prazo de cada arrendamento estabelecido em contrato, levando em consideração os fatos e circunstâncias relevantes para manter ou rescindir, exercer ou cancelar a opção de prorrogar o contrato conforme o caso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 22.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com relação a este assunto.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variação monetária sobre financiamentos e impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS). Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

j. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos

fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre vendas

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem.

k. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

l. Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

n. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	5	-
Bancos conta movimento	25	73
	<u>30</u>	<u>73</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2020	2019
Conta Poupança PJ	70% Selic	Indeterminado	15.178	13.381
Fundo de Investimento Safira	77,21% do CDI	Indeterminado	42.043	14.380
Fundo de Investimento CEF Top	74,80% do CDI	Indeterminado	2.450	2.501
Aplicações Pós-Fixada	99,82% do CDI	Abril/2021 a Março/2024	24.550	20.177
			<u>84.221</u>	<u>50.439</u>
Circulante			59.560	27.826
Não circulante			24.661	22.613

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante, referem-se a garantia relativa aos recebimentos do Contrato de Concessão.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não têm prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras e Títulos Públicos conforme previsto em sua política de investimentos.

O fundo de Investimento CEF Top é gerido pela Caixa Econômica Federal, que corresponde a aplicações de fundo de investimento de títulos públicos, não exclusivo, devidamente registrado junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Títulos do Tesouro conforme previsto em sua política de investimentos.

As aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

Movimentação das aplicações financeiras	2020	2019
Saldo inicial	50.439	84.169
Aplicações	247.294	273.735
(-) Resgate de principal	(214.092)	(307.015)
(-) Resgate de juros	(520)	(1.311)
(-) Incidência de IR	(159)	(222)
(-) Incidência de IOF	(2)	(51)
Juros no exercício (nota explicativa nº 20)	1.261	1.134
Saldo final	<u>84.221</u>	<u>50.439</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Faturamento de serviço de esgoto	10.313	9.906
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(2.881)	(2.881)
	<u>7.432</u>	<u>7.025</u>

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de esgoto em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos	Total em 2020
SEMAE	7.432	2.881	10.313
Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos	Total em 2019
SEMAE	7.025	2.881	9.906

O valor de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 2.881, constituída no exercício de 2015 se refere a volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba-SP. A Companhia tem adotado medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com intuito de receber esses valores.

7 Impostos a recuperar

	2020	2019
PIS e COFINS a recuperar	171	169
INSS retido na fonte (i)	-	17.544
Imposto de renda e contribuição social	5.423	152
Outros impostos a recuperar	74	-
	5.668	17.865
Circulante	5.668	377
Não circulante	-	17.488

(i) O refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia até julho de 2018. A Companhia ingressou com pedidos de restituição e restituiu os montantes retidos durante o exercício de 2020.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2020, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 1.273 (R\$ 1.512 em 31 de dezembro de 2019).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	6	5
	<u>6</u>	<u>5</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	-	1.794
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c) (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.)	99	-
	<u>99</u>	<u>1.794</u>
	<u>105</u>	<u>1.799</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	500	492
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c) (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.)	5	-
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. (d)	7	9
Águas de Matão S.A. (d)	25	40
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	41	36
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	126	153
	<u>704</u>	<u>730</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	3.250	-
	<u>3.250</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	27.094	18.512
	<u>27.094</u>	<u>18.512</u>
	<u>31.048</u>	<u>19.242</u>
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(485)	(428)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(690)	(1.297)
	<u>(1.175)</u>	<u>(1.725)</u>
Despesas de vendas administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A (a)	(6.536)	(5.058)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(267)	(258)
	<u>(6.803)</u>	<u>(5.316)</u>
	<u>(7.978)</u>	<u>(7.041)</u>

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) Refere-se a contratação de serviços associados a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e AESAN Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.).

- (d) Refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (e) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras devido a centralização de caixa, sem prazo de vencimento e atualização monetária.

9 Ativo de contrato da concessão

	2020	2019
Ativo de contrato da concessão	6.400	14.195

Referem-se ao direito contratual da Companhia de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 10).

	2019		2020	
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	14.195	13.526	(21.321)	6.400

	2018		2019	
	Custo	Adições (i)	Transferências (ii)	Custo
Ativo de contrato da concessão	4.765	11.653	(2.223)	14.195

- (i) Os juros sobre financiamentos são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram capitalizados R\$ 854 a uma taxa média de 8,76% a.a. (R\$ 730 e 8,75% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

10 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020			2019
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 28	7,1%	118.362	(22.513)	95.849	45.128
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	180.405	(40.031)	140.374	199.348
Máquinas e equipamentos	de 03 a 38	8,1%	23.108	(6.911)	16.197	1.663
Outros componentes	de 10 a 15	9,4%	1.054	(50)	1.004	1.340
			322.929	(69.505)	253.424	247.479
 <i>Software</i>						
Licença de uso de <i>Software</i>	10	10,0%	240	(228)	12	14
			240	(228)	12	14
			323.169	(69.733)	253.436	247.493

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019			2018
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	de 10 a 28	4,0%	55.393	(10.265)	45.128	35.699
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	244.116	(44.768)	199.348	208.873
Máquinas e equipamentos	de 05 a 22	7,3%	2.201	(538)	1.663	786
Outros componentes	de 03 a 15	8,6%	2.210	(870)	1.340	13.017
			<u>303.920</u>	<u>(56.441)</u>	<u>247.479</u>	<u>258.375</u>
Software						
Licença de uso de <i>Software</i>	03 a 10	12,9%	203	(189)	14	23
			<u>203</u>	<u>(189)</u>	<u>14</u>	<u>23</u>
			<u>304.123</u>	<u>(56.630)</u>	<u>247.493</u>	<u>258.398</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	2019	2020			
	Custo	Adições - nota explicativa 9 item (ii)	Baixas (i)	Transferências (ii)	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	55.393	14.445	-	48.524	118.362
Edificações de estações de tratamento	244.116	5.612	(1.091)	(68.232)	180.405
Máquinas e equipamentos	2.201	1.264	-	19.643	23.108
Outros componentes	2.210	-	-	(1.156)	1.054
	<u>303.920</u>	<u>21.321</u>	<u>(1.091)</u>	<u>(1.221)</u>	<u>322.929</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	203	-	-	37	240
	<u>203</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>240</u>
	<u>304.123</u>	<u>21.321</u>	<u>(1.091)</u>	<u>(1.184)</u>	<u>323.169</u>

Ativo	2018	2019			
	Custo	Adições - nota explicativa 9 item (ii)	Baixas	Transferências	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	40.091	639	-	14.663	55.393
Edificações de estações de tratamento	243.499	617	-	-	244.116
Máquinas e equipamentos	1.234	967	-	-	2.201
Outros componentes	16.884	-	(11)	(14.663)	2.210
	<u>301.708</u>	<u>2.223</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>303.920</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	203	-	-	-	203
	<u>203</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>203</u>
	<u>301.911</u>	<u>2.223</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>304.123</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	2019	2020			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas (i)	Transferências (ii)	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(10.265)	(3.491)	-	(8.757)	(22.513)
Edificações de estações de tratamento	(44.768)	(10.123)	194	14.666	(40.031)
Máquinas e equipamentos	(538)	(379)	-	(5.994)	(6.911)
Outros componentes	(870)	(42)	-	862	(50)
	<u>(56.441)</u>	<u>(14.035)</u>	<u>194</u>	<u>777</u>	<u>(69.505)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(189)	(2)	-	(37)	(228)
	<u>(189)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(37)</u>	<u>(228)</u>
	<u>(56.630)</u>	<u>(14.037)</u>	<u>194</u>	<u>740</u>	<u>(69.733)</u>

Ativo	2018	2019			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	(4.392)	(2.059)	-	(3.814)	(10.265)
Edificações de estações de tratamento	(34.626)	(10.142)	-	-	(44.768)
Máquinas e equipamentos	(448)	(90)	-	-	(538)
Outros componentes	(3.867)	(820)	3	3.814	(870)
	<u>(43.333)</u>	<u>(13.111)</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(56.441)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(180)	(9)	-	-	(189)
	<u>(180)</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(189)</u>
	<u>(43.513)</u>	<u>(13.120)</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>(56.630)</u>

- (i) Baixa de ativo descontinuado no valor de R\$ 897, líquido de amortização no valor de R\$ 194, reconhecido em outras despesas operacionais.
- (ii) Transferência para o ativo imobilizado no valor de R\$ 444, líquido da amortização no valor de R\$ 740. Não houve impacto no resultado.

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2020.

11 Fornecedores e empreiteiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de materiais e serviços	3.273	2.749
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	704	730
	<u>3.977</u>	<u>3.479</u>

12 Financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Contratado	Valor Captado	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projeto CEF	TR + 8,5% a.a.	Fevereiro/2039	195.568	195.568	243.552	247.510
Finame	Pré-fixado 6% a.a.	Novembro/2024	174	174	72	88
Finisa	Pré-fixado 3,5% a.a.	Dezembro/2023	4.912	4.912	1.938	2.555
					<u>245.562</u>	<u>250.153</u>
Circulante					8.724	8.364
Não circulante					236.838	241.789

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – financiamentos

	2020
2022	8.975
2023	9.487
2024	9.370
2025	9.930
2026 em diante	204.957
	<u>242.719</u>
Custo de captação (longo prazo)	(5.881)
Total	<u>236.838</u>

	2020	2019
Movimentação das dívidas		
Saldo inicial	250.153	252.753
Captações	3.036	-
(-) Pagamentos do principal	(7.979)	(6.372)
(-) Pagamentos de juros	(21.511)	(18.488)
Provisão de juros (nota explicativa nº 20)	20.649	21.171
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	854	730
(-) Custo de captação do exercício	(2)	(2)
Amortização do custo de captação do exercício	362	361
Saldo final	<u>245.562</u>	<u>250.153</u>

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 6.241 (R\$ 6.601 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em fevereiro de 2015 a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à CEF e repasse via Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”), no montante total de R\$ 195.568 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 195.568 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão. A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”); (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; (iii) notas promissórias no valor do contrato; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Aegea.

A Companhia mantém em seus financiamentos, garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas quantitativas e qualitativas referentes aos financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

13 Obrigações trabalhistas e sociais

	2020	2019
Salários e ordenados	19	20
Participação nos lucros	1.273	989
Provisão de férias	561	520
Encargos sociais	570	506
	<u>2.423</u>	<u>2.035</u>

14 Obrigações fiscais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS/COFINS a recolher	1.377	2.891
Impostos retidos de fornecedores a recolher	66	72
Outros	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>1.445</u>	<u>2.964</u>

15 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Demandas judiciais</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cíveis	-	61	-	-
Trabalhistas	42	32	10	10
Tributárias	82	-	-	-
	<u>124</u>	<u>93</u>	<u>10</u>	<u>10</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	<u>2019</u>	<u>Resultado</u>		<u>Pagamentos</u>	<u>2020</u>
		<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		
Cíveis	-	70	(33)	(37)	-
Trabalhistas	10	-	-	-	10
	<u>10</u>	<u>70</u>	<u>(33)</u>	<u>(37)</u>	<u>10</u>

Natureza	<u>2018</u>	<u>Resultado</u>		<u>Pagamentos</u>	<u>2019</u>
		<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>		
Cíveis	158	60	(168)	(50)	-
Trabalhistas	118	37	(130)	(15)	10
	<u>276</u>	<u>97</u>	<u>(298)</u>	<u>(65)</u>	<u>10</u>

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, são de aspectos cíveis e trabalhistas, que correspondem principalmente à ações envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais e à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, somavam o montante de R\$ 270 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam o montante de R\$ 124 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2019). O principal depósito é do processo 1008414-23.2019.4.01.3400 que se refere à incidência de INSS sobre verbas da folha de pagamento. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 82 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2019).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 02 de maio de 2019, os acionistas decidiram reduzir o capital social da Companhia no montante de R\$ 50.000, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, a redução procedeu-se sem cancelamento de ações, mediante a restituição de capital aos acionistas, em moeda corrente nacional, do valor proporcional às suas respectivas participações acionárias no capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	17.346	16.806
Compensação de prejuízos acumulados	(3.659)	(16.806)
Lucro líquido após compensação de prejuízos	13.687	-
(-) Constituição da reserva legal	(684)	-
Lucro líquido ajustado	13.003	-
Dividendos e juros sobre capital próprio destinados no exercício	3.419	-
Dividendos e juros sobre capital próprio destinados do resultado do exercício		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia propôs dividendos no montante de R\$ 2.291 e destinou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.128 (R\$ 959, líquidos do imposto de renda retido na fonte), somando portanto o valor de R\$ 3.250 (líquidos do imposto). Esse montante equivale aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social.

Para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

17 Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita de prestação de serviços		
Serviços de esgoto	88.064	99.051
Receitas de construção ativo intangível	13.526	11.653
Total receita bruta	101.590	110.704
Deduções da receita bruta		
(-) Impostos sobre serviços	(6.649)	(9.124)
Total da receita operacional líquida	94.941	101.580

18 Custos dos serviços prestados por natureza

	2020	2019
Pessoal	(6.262)	(5.128)
Conservação e manutenção	(1.498)	(1.738)
Materiais, equipamentos e veículos	(766)	(970)
Amortização e depreciação	(13.694)	(12.827)
Custo de construção ativo intangível	(13.526)	(11.653)
Energia elétrica	(6.973)	(7.304)
Produtos químicos	(705)	(778)
Locação	(1.137)	(1.624)
Outros	(141)	(1.675)
	(44.702)	(43.697)

19 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2020	2019
Pessoal	(2.171)	(3.316)
Conservação e manutenção	(80)	(147)
Serviços de terceiros	(8.095)	(6.507)
Materiais, equipamentos e veículos	(484)	(487)
Amortização e depreciação	(452)	(293)
Energia elétrica	(32)	(28)
Seguros	(56)	(4)
Viagens e estadias	(60)	(180)
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	(37)	201
Locação	(404)	(705)
Publicidade e propaganda	(89)	(297)
Outras	(1.340)	(562)
	(13.300)	(12.325)

20 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (nota explicativa nº 5)	1.261	1.134
Juros e multa recebidos ou auferidos	17	4
Atualização de tributos	3.853	76
Receitas financeiras	5.131	1.214
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre financiamentos (nota explicativa nº 12)	(20.649)	(21.171)
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(239)	(57)
Outras despesas financeiras	(421)	(498)
Despesas financeiras	(21.309)	(21.726)
Resultado financeiro	(16.178)	(20.512)

21 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está apresentada como segue:

	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	19.858	25.033
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(6.752)	(8.511)
(Despesas) Reversões indedutíveis	(438)	168
Imposto de renda e contribuição social a recuperar reconhecidos no período	3.922	-
Inovação tecnológica	69	-
Juros sobre o capital próprio	384	-
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	78	-
PAT	201	92
Outras diferenças permanentes	24	24
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(704)	(5.091)
Diferido	(1.808)	(3.136)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.512)	(8.227)
Alíquota efetiva	13%	33%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2020	2019
Total do imposto de renda e contribuição social correntes apurados	(704)	(5.091)
Saldo pago referente a anos anteriores	(3.597)	-
Antecipação de IRPJ e CSLL	(3.922)	-
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	633	3.819
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(7.590)	(1.272)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	160	222
Imposto de renda e contribuição social a pagar	473	3.597
	633	3.819

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2019	Resultado	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	980	-	980
Provisão para participação nos lucros	336	120	456
Provisão para demandas judiciais	3	-	3
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.277	(2.026)	6.251
Arrendamentos CPC 06 (R2)	-	5	5
Ativo fiscal diferido	<u>9.596</u>	<u>(1.901)</u>	<u>7.695</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (i)	(4.423)	(85)	(4.508)
Custo de captação de financiamentos	(2.244)	122	(2.122)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(1.071)	56	(1.015)
Passivo fiscal diferido	<u>(7.738)</u>	<u>93</u>	<u>(7.645)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>1.858</u>	<u>(1.808)</u>	<u>50</u>
	2018	Resultado	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	980	-	980
Provisão para participação nos lucros	352	(16)	336
Provisão para demandas judiciais	94	(91)	3
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.508	(2.231)	8.277
Ativo fiscal diferido	<u>11.934</u>	<u>(2.338)</u>	<u>9.596</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (i)	(4.371)	(52)	(4.423)
Custo de captação de financiamentos	(2.366)	122	(2.244)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(203)	(868)	(1.071)
Passivo fiscal diferido	<u>(6.940)</u>	<u>(798)</u>	<u>(7.738)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>4.994</u>	<u>(3.136)</u>	<u>1.858</u>

(i) O saldo está líquido do imposto da amortização sobre juros capitalizados no montante de R\$ 205 (R\$ 196 em 31 de dezembro de 2019).

22 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 2.881, representando aproximadamente 27,94% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 28,08% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	30	73
Aplicações financeiras	84.221	50.439
Contas a receber de clientes	7.432	7.025
	<u>91.683</u>	<u>57.537</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

2020							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	3.977	3.977	3.977	-	-	-	-
Financiamentos	245.562	478.803	29.435	29.209	28.972	28.072	363.115
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	27.094	27.094	-	-	-	-	27.094
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.250	3.250	3.250	-	-	-	-
Outras contas a pagar	367	421	110	113	113	85	-
	<u>280.250</u>	<u>513.545</u>	<u>36.772</u>	<u>29.322</u>	<u>29.085</u>	<u>28.157</u>	<u>390.209</u>
2019							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	3.479	3.479	3.479	-	-	-	-
Financiamentos	250.153	502.162	29.467	29.078	28.855	28.620	386.142
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	18.512	18.512	-	-	-	-	18.512
	<u>272.144</u>	<u>524.153</u>	<u>32.946</u>	<u>29.078</u>	<u>28.855</u>	<u>28.620</u>	<u>404.654</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2020	2019
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	84.221	50.439
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e financiamentos	245.562	250.153
Outras contas a pagar	367	-
	<u>245.929</u>	<u>250.153</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2020	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	69.043	Variação do CDI	1,90%	1.312	1.640	1.968	984	656
Aplicações financeiras	15.178	Variação da SELIC	1,90%	288	360	433	216	144
Exposição líquida	<u>84.221</u>			<u>1.600</u>	<u>2.000</u>	<u>2.401</u>	<u>1.200</u>	<u>800</u>

Não houve variação na taxa de juros para o financiamento atualizado pela TR. Por Esse Motivo a Companhia não realizou o teste de sensibilidade para esse instrumento financeiro.

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	30	-	30
Aplicações financeiras	5	59.560	24.661	-	84.221
Contas a receber de clientes	6	-	7.432	-	7.432
Total		<u>59.560</u>	<u>32.123</u>	<u>-</u>	<u>91.683</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	3.977	3.977
Financiamentos	12	-	-	245.562	245.562
Contas correntes a pagar partes relacionadas	8	-	-	27.094	27.094
Outras contas a pagar		-	-	367	367
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>277.000</u>	<u>277.000</u>

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	73	-	73
Aplicações financeiras	5	27.826	22.613	-	50.439
Contas a receber de clientes	6	-	7.025	-	7.025
Total		<u>27.826</u>	<u>29.711</u>	<u>-</u>	<u>57.537</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	11	-	-	3.479	3.479
Financiamentos	12	-	-	250.153	250.153
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	18.512	18.512
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.144</u>	<u>272.144</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras e contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de financiamentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrado abaixo:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Projeto CEF	249.752	282.640	254.057	287.365
Finame	72	74	88	89
Finisa	1.979	1.979	2.609	2.609
	<u>251.803</u>	<u>284.693</u>	<u>256.754</u>	<u>290.063</u>

Os valores justos de financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado e a divulgação do valor justo dos financiamentos são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cobertura de seguros era composta por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Danos materiais	124.000	90.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	55.326	33.263
Risco de Engenharia	7.875	10.750

24 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
CRC PR 034233/O-7